



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2017
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2017
SEI Nº 0017842-34.2016

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA
PROVER ACESSO À INTERNET, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX .**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, com sede a 202 Norte, Conjunto 01, Avenida Teotônio Segurado, Lote 01 e 02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, divorciado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.522.273 - SSP/GO, CPF nº 282.526.081-91, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** celebram o presente instrumento, com observação ao constante no Processo Eletrônico nº 0017842-34.2016, com fundamento na Lei 8.666/1993 e Pregão Eletrônico nº 18/2017, Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, e demais disposições regulamentares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de telecomunicações para prover acesso à internet na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins – TRE/TO e seus Anexos, localizados na cidade Palmas, em seus respectivos Cartórios Eleitorais, bem como, havendo a

necessidade do CONTRATANTE, em outros locais que tenham disponibilidade de Acesso à internet provido pela CONTRATADA.

1.2. Dos Tipos e Quantidades de Links Contratados

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	QTD
1	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para a Sede do TRE/TO – Endereço descrito no item 2.3.1 da Tabela 1 do Termo de Referência.	50	
2	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE/TO.	100	
3	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE/TO.	100	
4	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades da Capital constantes da Tabela 1 do Termo de Referência.	6	
5	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades do constantes da Tabela do Termo de Referência 2	4	
6	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 3 do Termo de Referência.	2	
7	Links de Acesso à Internet padrão xDSL para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 4 do Termo de Referência.	2	

CLÁUSULA SEGUNDA — DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LINKS DE ACESSO À INTERNET

2.1. O fornecimento dos serviços de acesso à internet deverá seguir as especificações técnicas e condições descritas no Item 6 do Termo de Referência respectivo (Anexo I do Pregão Eletrônico nº 18/2017).

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

3.1. Os prazos que devem ser observados nos serviços de instalação e desativação dos links de acesso à internet são os descritos a seguir.

3.1.1. Prazo para Instalação

Data	Evento
Dia D	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação formal de instalação de novo link de acesso à internet, encaminhada pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.
D + 30 dias	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão da instalação

Nota: Caso a Licitante vencedora seja atualmente fornecedora de serviços de acesso à internet para o Tribunal e considerando que o novo contrato substituirá os atualmente vigentes, a CONTRATADA poderá utilizar a mesma estrutura e equipamentos do link em uso (Modem, Roteador, cabeamento, cabos, etc), no entanto, o tempo de parada para substituição do Link antigo pelo Novo link não poderá ser superior a 03 (três) horas durante o expediente.

3.1.2. Prazo para Desativações

Data	Evento
Dia K	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação formal de desinstalação/desativação do link de acesso à Internet encaminhada pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.
K + 30 dias	<ul style="list-style-type: none"> Desinstalação/desativação do link de acesso à internet efetivada

Nota: Para fins de pagamento será considerado desativado o link de acesso à internet na data da solicitação formal (Dia K), data a partir da qual os usuários deixarão de utilizar os serviços.

CLÁUSULA QUARTA — DO ACEITE

4.1. Condições de aceite

4.1.1. Os seguintes serviços relacionados aos testes para aceitação dos links de acesso à internet serão necessários:

- a) Realizar testes de funcionamento de cada link de acesso à internet, emitindo relatórios de testes em duas vias, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados para acompanhar as instalações;
- b) Os seguintes testes deverão ser realizados para fins de aceite técnico dos links instalados:
 - ✓ Acesso à Internet;
 - ✓ Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;
 - ✓ Verificação da performance dos links instalados e perdas de pacotes.

CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO E DO REAJUSTE

5.1. Pelo fornecimento dos serviços o Contratante pagará à Contratada o valor mensal de **R\$ 00,00** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) e valor anual de **R\$ 00,00** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme discriminado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADE)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL MENSAL				
TOTAL ANUAL				

5.2. O preço a que se refere o item anterior desta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste Contrato, tais como: transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

5.3. A CONTRATADA poderá reajustar o valor dos serviços prestados, na renovação contratual, limitados ao Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) disponibilizado pela ANATEL, pelo portal eletrônico www.anatel.gov.br, ou por outro que venha a substituí-lo.

5.4. O primeiro reajuste somente será concedido após 12(doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta constante do instrumento convocatório que tenha fundamentado a contratação. Os demais e sucessivos reajustes deverão também respeitar o interregno de 12(doze) meses entre si.

5.5. O reajuste previsto nesta cláusula será calculado com base no índice acumulado dos últimos 12(doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do mês subsequente ao último reajuste concedido.

5.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, nos termos do § 8º da Lei 8666/1993, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA SEXTA — DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços de acesso à internet será feito em períodos mensais definidos pela contratada, a partir da data do efetivo uso do link de acesso. Portanto, poderá haver faturamento proporcional até a data do fechamento do período de faturamento da contratada.

6.2. Para os acessos à internet padrão xDSL, apesar dessa modalidade de acesso poder ser ativada em linha telefônica convencional fornecida pela contratada, não poderá haver faturamento de linha telefônica.

6.3. Havendo disponibilidade técnica, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser fornecidas, preferencialmente em arquivo eletrônico, no formato das planilhas eletrônicas mais conhecidas, ou em papel, facultado a escolha à CONTRATANTE.

6.4. A contratada deverá emitir fatura consolidada, contemplando o valor total de todos os links de acesso à internet fornecidos, observando-se o seguinte:

- a) A CONTRATANTE fará o controle dos Links efetivamente ativos, bem como a data de ativação de cada link;
- b) A CONTRATANTE fará o fechamento da planilha com os valores de todos os links ativos em cada período de faturamento. Nessa planilha contemplará os possíveis descontos em razão do descumprimento do SLA;
- c) A fatura consolidada deverá ser emitida após o fechamento de cada período de faturamento, cujo período deverá fazer constar na fatura;
- d) A DATA DE VENCIMENTO deverá ter prazo, no mínimo, de 15 (quinze) dias para possibilitar o trâmite processual para fins de pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência quanto as condições de habilitação, qualificação exigidas na licitação ou atendimento das especificações. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

6.6. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, ou pendências das condições de habilitação que impeça o pagamento, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

6.7. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do contrato.

6.8. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a serem aplicadas.

6.9. A CONTRATADA optando pelo pagamento da fatura/Nota fiscal em conta bancária, deverá indicar os dados bancários para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da Nota de Empenho.

6.10. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

6.11. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida da União fornecida pelo Receita Federal), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

6.12. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho, sendo que eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, terá que haver justificativa formal e apresentada documentação habilitatória correspondente.

6.13. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados no item 6.11 desta cláusula, se confirmada sua validade em consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.14. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso no pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativas da Justiça Eleitoral, e alocado no Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.97 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Comunicação de Dados.

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Por este instrumento a Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste Termo de Referência, no edital da licitação e na proposta;
- b) Entregar os serviços devidamente instalados e operacionais no prazo máximo estipulado e nas especificações constantes do Termo de Referência respectivo;
- c) Corrigir ou substituir no prazo convencionado as irregularidades nos serviços ou nos equipamentos fornecidos;
- d) Em caso de substituição de equipamentos defeituosos ou em desacordo com o solicitado, conforme previsto na alínea acima, arcar com as despesas decorrentes da substituição, como retirada do equipamento, envio e instalação do novo equipamento;
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-TO, excetuando a terceirização dos serviços de manutenção e de proteção contra ataques de serviços;

- f) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- g) Nomear e informar preposto/consultor para, durante o período de vigência, representá-lo na execução e gestão do contrato;
- h) Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, mesmo que seja causado pelos terceirizados dos serviços de manutenção;
- i) Responsabilizar-se pela manutenção corretiva e preventiva, pelo período de vigência contratual;
- j) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- k) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- l) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- m) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n) Estar ciente, no caso de formação de consorcio, da responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consorcio durante a vigência e execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se a:

- a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- b) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ofertados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c) Recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- d) Receber os bens e serviços na forma descrita no Termo de Referência;
- e) Restituir, no estado em que se encontrarem, os Aparelhos e equipamentos, cedidos em comodato e objetos desta contratação, ao término do respectivo contrato.
- f) Prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

- g) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- h) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O gestor designado pela Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

10.2. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRATADA, serão intermediadas pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

10.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

10.4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

11.1. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados, pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

11.2. A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido.

11.3. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, não devendo este repassar a outros funcionários da CONTRATADA sem prévia autorização do CONTRATANTE.

11.4. A CONTRATADA deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso

de perda de quaisquer informações, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado para o fornecimento dos produtos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.3. O atraso injustificado na execução, ou entrega do serviço, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

12.4. A indisponibilidade da conexão além dos limites aceitos nos itens 6.8 e 6.9.3, sujeitará a multa corresponde de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal da conexão indisponível por hora de descumprimento, limitado a 10% (dez por cento) do valor mensal da contratação.

12.5. O descumprimento do item descrito acima de forma consecutiva por 3 (três) meses ensejará a inexecução parcial do contrato.

12.6. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.7. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

12.9. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

12.10. A penalidade prevista no item 12.2, alínea c, também poderá ser aplicada à CONTRATADA caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA RESCISÃO

13.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir unilateralmente este Contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas nos arts. 77, 78, incisos I a XII e XVII, e 79, inciso I, da Lei 8.666/1993.

13.2. Este instrumento poderá ser rescindido, amigável ou judicialmente, consoante disposto no art. 79, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo de até quinze dias da assinatura do contrato, garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor correspondente a 5% do valor do contrato, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

14.2. A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término do período de vigência contratual, sendo liberada ante a comprovação de que os serviços foram executados em conformidade com o pactuado.

14.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusulas específicas com a previsão de cobertura para despesas com obrigações contratuais e multas.

14.4. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

14.5. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade fiança bancária, deverá constar expressamente renúncia, pelo fiador, dos benefícios do Artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

14.6. Aditado o contrato ou alterado o seu valor, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula. Nesses casos, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VIGÊNCIA

15.1. A presente contratação terá vigência de 12 (doze meses) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICAÇÃO

16.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas, ____ de março de 2017.

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da contratada